



Stilus

A.J.E.

(Nº 4/5)

Publicação

Semestral

Revista de Cultura Algarvia

Volume Duplo

J. C. Vilhena Mesquita

AS UNIVERSIDADES POPULARES - O CASO DE FARO



Stilus n.º 4-5
Janeiro-Dezembro de 2001

AS UNIVERSIDADES POPULARES – O CASO DE FARO

*por José Carlos Vilhena Mesquita **

A Universidade, no sentido clássico do termo e na mais genérica funcionalidade do conceito, é um núcleo polarizador de cultura especializada e vocacionado para a preparação de quadros superiores, conducente à formação de elites, tanto científicas como políticas. Identifica-se como idónea instituição educativa, à qual pertencem várias escolas, também designadas por Faculdades, destinadas a especializar cientificamente os seus alunos. Acima de tudo a Universidade tem por especial missão a investigação com que se consolida o progresso da ciência, enquanto assegura a transmissão do conhecimento, através da leccionação.

A origem do vocábulo Universidade é latina. Provém de *Universus* ou de *Universitas*, que se traduz vulgarmente por totalidade e universalidade. Isto pressupõe uma abrangência de matérias, uma plasticidade intelectual e um horizonte mental bastante alargado, embasado nos valores humanistas e nas liberdades individuais que deram origem aos Direitos do Homem. Todavia, desde cedo a realidade se revelaria bem diferente dos valores e princípios subjacentes às sublimes origens desta instituição. Depressa descambou para a formação de uma comunidade de professores e alunos enquistada em privilégios e sobrançerias, com a pomposa designação de academia. Assente em hierarquias e costumes medievais a Universidade depressa se tornou corporativa e cada vez mais enleante, sacrificando as liberdades

individuais dos seus constituintes à chamada razão de autoridade com que procura manter-se, ainda que em fictícia coesão e hipócrita paz-podre. No passado, como no presente, a Universidade não passa de um jogo de interesses, de compadrios e de cliques que lutam pela vã glória dos poderes com que no seio da mesma se sentem reis sem trono. Não há imagem mais degradante para a natureza humana do que a vil torpeza entre seres civilizados e de elevado nível intelectual.

Pior do que isso é verificar que a Universidade, devido à sua natural função de formadora de quadros e de modos de pensamento, tem procurado desde os seus primórdios extravasar o seu controlo relacional num imbricado “polvo” de influências e de dependências emocionais em sucessivas gerações, capazes de gerenciar os aparelhos governativos do Estado. A mentalidade e a racionalização com que o licenciado encara as situações de ordem técnico-intelectual são fruto da preparação ministrada pela “sua” Universidade. Por isso se pode afirmar que um país, uma época ou um regime socioeconómico são fruto da educação que é facultada nas universidades. A infiltração de novas ideologias ou de concepções políticas revolucionárias depende em larga escala do corpo docente universitário e do prestígio exteriormente granjeado por essa instituição. Mas quando o poder político procura controlar a instituição universitária, impondo-lhe modos de actuação e de pensamento contrários à sua natureza, a tendência mais óbvia vai no sentido da desobediência e do confronto, quando não descamba para uma perigosa anarquia, com manifestações e lutas estudantis de rua. Para evitar as acostumadas perseguições o escol universitário opta por estratégias mais veladas, como sejam a constituição de herméticos grupos de interesses ou maçónicas.

1 Acerca da intervenção maçónica de José Maria de Moura Barata Feio Terenas na vida política republicana e no mundo do jornalismo veja-se a obra de A. H. de Oliveira Marques, *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, 2 vols., Lisboa Ed. Delta, 1986, vol. II, col.1417-1418.

Foi precisamente isso que aconteceu no início deste século com a fundação das chamadas Universidades Populares. A ideia da sua criação surgiu em 1906 e partiu da Maçonaria, o Grande Oriente Lusitano, usando como testa de ferro o jornalista Feio Terenas.¹ Preconizava desenvolver o ensino popular através da mútua educação dos cidadãos, caldeando a missão altruísta do educador com os objectivos revolucionários da maçonaria e do partido republicano.

Para alcançar esses objectivos propunha-se que a Universidade Popular fosse uma instituição de portas abertas, sem estar sujeita a projectos curriculares de formação científica ou à atribuição de diplomas de “bacharelização” das camadas estudantis. O que se pretendia era um ensino aberto e inovador, cuja aprendizagem se fazia através de cursos livres, de conferências públicas, aconselhamento de leituras, visitas de estudo a museus e exposições de arte, concertos, excursões a locais históricos ou a certas unidades de produção fabril, etc. No fundo, o que se pretendia era educar as massas trabalhadores e as classes proletarizadas sem o recurso à Escola estatizada, conservadora e estiolada no espírito coimbrão. Por outro lado, a elevação do nível de instrução das classes trabalhadoras e do operariado permitiria estabelecer uma base eleitoral do regime republicano, contrariando desse modo as possibilidades de ressurgimento dos movimentos contra-revolucionários e do conservadorismo monárquico.

Em todo o caso, nada disto era novo ou desconhecido. No estrangeiro existiam já associações operárias onde eram ministrados cursos de formação livre, geralmente com forte pendor político e nítidas influências maçónicas, republicanas e até anarquistas. No nosso país, o objectivo subjacente à fundação da Universidade Popular era catequizar o proletariado urbano, mais instruído do que o rural, fazendo-lhe ver que a união dos trabalhadores tornaria mais forte a possibilidade de emancipação social e política das massas e, sobretudo, das possibilidades

de sucesso da revolução republicana. Um ano após a implantação da República, em Outubro de 1911, veio a público o seu primeiro plano de estudos promovido por um grupo de conceituados democratas, ao qual presidia Sebastião Magalhães Lima, e de entre as quais se destacavam José de Castro, António Joaquim Ribeiro, Adelino Furtado, João de Barros, Damásio Ribeiro, Simões Raposo, Ernesto de Vasconcelos, João Teixeira Simões e Carneiro de Moura. Obviamente eram todos maçons.

Desse primitivo plano de estudos faziam parte as ciências matemáticas, as físico-químicas, as biológicas e as sociais, repartidas entre o estudo da história universal, da economia europeia, da colonização, do direito e da educação. No ano seguinte, em 1912, fundava-se em Lisboa a Universidade Livre e, em 1913, na cidade do Porto surgiria a Universidade Popular, que tão boa conta de si haveria de dar ao longo dos anos. Seguiram-se outros exemplos em Braga, Aveiro, Setúbal, Faro, etc. Apesar de todas as vicissitudes que um projecto desta natureza sempre acarreta - baseado na prestação graciosa de serviços à comunidade mais desprotegida - o certo é que a Universidade Popular continuaria o seu caminho até à década de cinquenta, não obstante as perseguições e desconfianças que lhe dirigia o Estado Novo.

Não obstante essas adversidades, importa lembrar que nos anos imediatos à implantação da República fervilhava por todo o país uma vontade de instruir as massas operárias e o proletariado urbano, através de um processo de alfabetização que permitisse a sua emancipação política e económica.² Os locais destinados a esse fim eram os Centros Republicanos e as sedes das associações laborais, culturais e recreativas. Uma das figuras nacionais que encabeçou essa cruzada foi o Dr. João de

2 Cf. Vasco Pulido Valente, *Uma Educação Burguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1974, pp. 212-227.

3 Veja-se Rogério Fernandes, *João de Barros, educador republicano*, Lisboa, Liv. Horizonte, s/d., pp. 53-62.

Barros que, ao contrário de outros pedagogos republicanos, via na alfabetização das massas trabalhadoras o início de um processo de instrução e nunca o fim desse processo educativo. Além disso, só o proletariado urbano era verdadeiramente revolucionário, pelo que a sua instrução deveria ir mais longe por forma a tornar-se num sustentáculo da ideologia e do regime republicano.³

Na província, apesar da disseminação verificada no primeiro quartel deste século, a sua implantação foi esporádica e quase episódica. Apenas Lisboa resistia estoicamente pela mão de velhos maçons e alguns republicanos fiéis ao ideário proletarista da Universidade Popular. O seu património, que não sendo rico sempre reunia um significativo espólio de jornais e livros, foi doado à sociedade «*A Voz do Operário*», onde muitos dos documentos do seu arquivo acabariam por desaparecer na voragem dos tempos. Em todo o caso é possível reconstituir o trajecto histórico e a acção educativa das Universidades Populares através da imprensa da época, sobretudo nos órgãos republicanos que constituem uma fonte privilegiada de informação.

De registar é também o aparecimento, em 1921-1922, da revista *Educação Popular*, que se arvorava como órgão daquela instituição. Estava vocacionada para a discussão e análise de questões de ordem cívica, pedagógica, moral, profiláctica, e educativa. Nela colaboraram alguns conceituados pedagogos portugueses, mas não passou de um projecto de quimérica boa vontade, que a falta de meios financeiros acabaria por frustrar e dissipar. O regime de voluntariado em que se estribou este projecto das Universidades Populares suscitou um amadorismo e uma desresponsabilização quase suicida. Apesar de tudo, fizeram-se centenas de conferências pelo país fora, muitas das quais foram editadas em pequenos opúsculos vendidos a baixo preço, quando não oferecidos. Inclusivamente as associações culturais e operárias tomaram a peito a cruzada da educação publicando a tradução de autores clássicos

em edições resumidas, compactadas ou integrais, mas a um preço acessível senão mesmo quase simbólico. Nesse âmbito merece especial destaque, mais uma vez na cidade do Porto, o surgimento de uma associação cultural e literária denominada *Renascença Portuguesa*, que editou em livro de bolso centenas de autores nacionais e estrangeiros. Muitas dessas obras são actualmente procuradas nos alfarrabistas como verdadeiras preciosidades de um movimento de educação popular que ainda hoje causa admiração e certa perplexidade, devido à escassez de meios com que foi erigido. Mais tarde Bento de Jesus Caraça irá tentar fazer o mesmo através da Editora Cosmos, numa altura em que o Estado Novo não permitia veleidades altruístas que pudessem transformar-se num cavalo de Tróia para sobrevivência da ditadura. O projecto praticamente morreu com o seu principal protagonista, embora a editora lhe sobrevivesse, existindo ainda hoje, com uma apreciável aura de prestígio sobretudo no domínio das Ciências Sociais.

Curioso foi também o movimento das bibliotecas que as universidades populares viriam a fundar ao ar livre e nos jardins públicos. Era uma forma de instruir as camadas jovens, entreter os idosos e educar as senhoras, cuja luta política pela igualdade de direitos começava a tomar forma nos movimentos sufragistas. Os salões de pintura, os concertos de música sinfónica, os saraus de poesia e as bandas populares completavam este quadro de divulgação cultural entre as massas trabalhadoras, contribuindo em larga escala para a sua preparação intelectual e para o autodidactismo, com que se fizeram ilustres muitos dos nossos jornalistas, poetas, escritores e homens públicos da nossa primeira República.

O Caso de Faro

A primeira notícia, de que temos conhecimento, sobre a fundação da Universidade Popular de Faro data de 1921 e surgiu nas colunas do hebdomadário fareense «Correio do Sul», como se de um caso consumado

se tratasse. Constatamos, porém, ao longo da nossa investigação que só em 1923 é que a mesma abriria finalmente as suas portas ao público. Em todo o caso, julgamos de extrema utilidade a sua extractação, aqui e agora, até pelo facto de nessa notícia se tornarem muito claros os objectivos daquela instituição:

«A Universidade Popular Algarvia, que tem a sua sede em Faro, é uma instituição de carácter popular, como a sua designação indica. Nela serão ministrados todos aqueles conhecimentos que são indispensáveis à constituição do indivíduo consciente, adentro da moderna sociedade e que só o tornam apto a seguir a mesma sociedade na sua evolução progressiva a caminho da máxima liberdade, tomada na sua concepção mais elevada no ponto de vista moral. Esses conhecimentos serão ministrados por meios de conferências que serão orientadas de modo a evitar a quebra de unidade e sequência que, actualmente como sempre, têm sido a característica de toda a educação e consequentemente a causa da sua improdutividade. A garantia do rendimento dessas conferências reside na escolha dos assuntos e na simplicidade com que se procurará tratá-los. É essa mesma simplicidade de exposição e de processo que procurarão atingir os vários conferentes, cada um dos quais, tomando sobre si a quota parte de boa vontade e interesse, será um elemento inapreciável do conjunto, que, deste modo, será homogéneo e portanto de uma idoneidade compatível com os resultados superiores que se pretendem atingir. Nisso está também a sua remuneração principal. A obra de ressurgimento da nacionalidade por meio da educação é a única possível hoje que a força física é apenas tomada em conta na parte que serve ao regular funcionamento do organismo. O elenco dos conferentes está organizado. Público há. O que é para esperar é que o público reconhecendo a utilidade do esforço, corresponda com a sua assiduidade à pretensão que têm todos quantos dão a sua colaboração à iniciativa de que o Algarve venha a desempenhar dignamente o papel que lhe está reservado na obra de ressurgimento nacional que é força principal já. E mesmo aqueles cuja audácia e temperamento levou a mais largas e não

menos justas ambições, mesmo a esses, e principalmente a esses, deve dizer-se a obra é ainda mais vantajosa - a sociedade não retardaria a sua marcha para os receber, ainda quando dormisse cem anos, havia de vê-los, ao despertar, sim mas incapazes de seguir caminha».⁴

No texto desta notícia é claramente visível o espírito altruísta que presidiu à criação da Universidade Popular, o qual se consubstancia na educação das classes desfavorecidas através da divulgação de conhecimentos, de forma acessível e graciosa. Não obstante, são também evidentes os indícios do espírito maçónico do nosso primordial republicanismo, inspirados numa propaganda de ressurgimento dos valores da nacionalidade, supostamente carreados aos ombros do povo. Há nisto um imenso lirismo, até uma certa inocência, que aproximava os democratas da primeira república do ideário da Revolução Francesa. Com efeito, os republicanos no seu burguesismo político alimentavam a esperança de poder derrogar o Portugal Gótico para construir um país moderno, mais europeizado, mais industrializado e internacionalista. O nacionalismo em que se inspirava o liberalismo oitocentista estava ultrapassado.

Apesar de na notícia, que acabamos de transcrever, se afirmar que o elenco de conferentes estava organizado, o certo é que só em 1923 o assunto retornou às colunas do jornal, dessa vez sim, identificando os responsáveis pela criação daquela instituição:

«A Ideia da fundação duma Universidade Popular para divulgação dos conhecimentos científicos de todos os ramos entre as classes que não podem cursar institutos oficiais de ensino, vai tomando incremento,

5 *Correio do Sul*, n.º 174 de 25-3-1923.

6 *Correio do Sul*, n.º 177 de 5-4-1923. Nessa notícia deixa-se transparecer uma espécie de nota de propaganda do regime republicano, que não resistimos à tentação de a transcrever: «Os povos só são grandes quando conquistam a consciência dos seus deveres cívicos e, dentre esses, o mais nobre é o do professor que ensina e o mais útil é o do ignorante que aprende. Mas ensinar e aprender com entusiasmo, com fé na consciência plena de que a educação é a única base consistente e sólida para o triunfo moral dos povos.»

tendo-se já realizado uma reunião de pessoas empenhadas na realização dessa útil iniciativa. Foram encarregados os Srs. Dr. António Saraiva, Constantino Cúmano, Dr. Silva Pêra e Dr. José Dentinho Júnior, de elaborarem um projecto de plano de Universidade que dentro em breves dias será submetido à apreciação dos outros elementos fundadores para rapidamente se iniciarem as conferencias e lições».⁵

Poucos dias depois já se anunciava que a Universidade finalmente iria «passar do domínio do abstracto e fantasioso das palavras para o campo concreto das realizações práticas». E acrescenta que a inauguração da mesma se efectuará no dia 8 de Abril numa das salas da Câmara Municipal com uma palestra do Dr. José Dentinho sobre a «natureza e fins da Universidade».⁶ Nessa cerimónia o ilustre professor do liceu de Faro apelou ao fervor regionalista dos algarvios para que acolhessem aquela nobre instituição, dando como exemplo do dever patriótico, da solidariedade social e do altruísmo desinteressado algumas das figuras históricas da região, como o navegador Gil Eanes, os bispos D. Jerónimo Osório e D. Francisco Gomes do Avelar, o patrão Joaquim Lopes, o médico Dr. Estevão Afonso e os poetas João de Deus e João Lúcio. Os objectivos que se pretendiam atingir explicou-os da forma sumária que se segue:

«Há criaturas que afirmam seguir certas crenças ou doutrinas, sem contudo terem delas um conhecimento perfeito e exacto. Há, pois, um enorme espaço entre o que elas dizem e o que elas sabem e é precisamente no preenchimento desse espaço que consiste a missão da Universidade. Ela quer apenas ensinar e esclarecer, de forma que quem quer que afirme seguir estas ou aquelas doutrinas, o possa fazer com inteiro conhecimento,

7 *Correio do Sul*, n.º 180 de 15-4-1923.

8 «A sala da Biblioteca Municipal onde se têm realizado as conferências da Universidade Popular do Algarve já não comporta o público que habitualmente acorre a ouvi-las, correspondendo a esta nobre tentativa, pelo menos por agora, com um interesse que começamos a julgar superior às melhores expectativas. Na conferência de Domingo último a assistência encheu literalmente a referida sala, ficando muitas pessoas aquém da porta de entrada e tendo ainda retirado outras por não conseguirem lugar algum.» *Correio do Sul*, n.º 189 de 17-5-1923.

e plena consciência. Os conferentes não vêm dizer coisas bonitas, pois não pretendem enfeitiçar os ouvintes pela magia arrebatadora da eloquência. A sua missão utilitária, procurando instruir e não encantar».⁷

As instalações da Biblioteca Municipal passaram, a partir de então, a estar reservadas aos domingos para as conferências da Universidade Popular que, segundo rezam as críticas rapidamente se transformaram num sucesso social. A iniciativa mostrava-se auspiciosa, pois conforme noticiava a imprensa a sala da Biblioteca tornara-se surpreendentemente exígua para o numeroso público que acorria às conferências.⁸ Decidiu-se então optar pelas instalações do Liceu, mas depressa, perceberam que a sua localização num dos extremos da cidade se tornava algo penosa para as senhoras e para os assistentes mais idosos. Retornaram para a Biblioteca, passando porém a diversificar o público-alvo das palestras, por forma a chegar mais perto das classes operárias, que constituíam, ao fim e ao cabo, o principal objectivo educativo da Universidade Popular. Os temas iniciais eram cientificamente generalistas, porém demasiado profundos e exigentes para os parcos conhecimentos das massas laboriosas, de rasa instrução senão mesmo analfabetas. Por outro lado a sua realização às 14 horas da tarde não parecia nada atraente aos operários, para quem o futebol começava já a atrair as suas atenções, ainda por cima com as equipas algarvias a darem boa conta de si, nomeadamente o Olhanense que, inclusivamente, viria a sagrar-se campeão de Portugal. Curioso é o facto do futebol, introduzido nos princípios do século, se ter transformado rapidamente num apaixonante espectáculo de massas. Não deixa de ser também curioso o facto do grande divulgador do futuro desporto-rei, que ensinou as regras do jogo e as lei pelo qual se regia aos soldados do Regimento de Faro e aos operários que se reuniam no largo de S. Francisco, ter sido o pintor Carlos Augusto Lyster Franco, ao tempo professor do Liceu de Faro e um suspeito membro do Grande Oriente Lusitano.⁹

9 Veja-se a esse respeito a obra *História e Vida do Sporting Clube Farense*, 2 vols., Faro, Algarve em Foco Editora, 1982, da autoria do Dr. Júlio de Almeida Carrapato, publicada sob o pseudónimo de Luís Vaz da Costa.

As primeiras conferências foram pronunciadas por distintos professores do Liceu de Faro e versaram temas tão vastos como por exemplo «O Universo» pelo Dr. Silva Pêra; ou «A Terra», dividida em duas palestras pelo Dr. José Tomás Moreno; e ainda «O Reino Vegetal» e «O Reino Animal», repartidas por quatro sessões ministradas pelo Dr. António Barbosa; ou mesmo «O Homem» que do ponto de vista anatómico, fisiológico e psicológico seria dissecado pelo Doutor Francisco Fernandes Lopes, enquanto o Dr. Constantino Cúmano se encarregaria de o analisar sociologicamente. Perante o generalismo temático, ainda por cima repartido por várias conferências em que certamente os palestrantes visavam manter, senão engrandecer, a sua imagem pública de intelectuais sabedores e de competentes professores, tornara-se mais do que evidente que os objectivos não estavam a ser atingidos. A mensagem do autodidactismo ou do ensino livre, que visava instruir o proletariado, estava claramente a passar ao lado dos resultados obtidos. Pela observação dos aderentes tornara-se óbvio que era a burguesia quem acorria à Universidade, sobretudo as senhoras da média alta sociedade, que faziam das palestras uma espécie de feira de vaidades.

Tentou-se ir ao encontro do público-alvo realizando-se uma conferência na sala do Sindicato Operário e em horário nocturno. Apesar da crítica afirmar que a sala estava repleta e que o público ficara «excelentemente impressionado»¹⁰ o certo é que a Biblioteca Municipal continuaria a ser a sede improvisada da Universidade, nela se realizando a maior parte das conferências. Seguiram-se três conferências do Dr. Ludovico de Menezes, um antigo juiz que havia estado nesta região em anos anteriores e que se mostrava um indefectível admirador da história do Algarve.¹¹ Essa foi aliás a derradeira palestra da época, pois que a seguir interpunham-se os exames do ensino liceal, impedindo os professores de darem o seu

10 *Correio do Sul*, n.º 188 de 13-5-1923.

11 As três conferências que pronunciou foram relativas às origens da cidade de Faro, sendo em parte publicadas no *Correio do Sul* de 18-6-1923 e seguintes.

12 *Correio do Sul*, n.º 203 de 5-6-1923.

contributo à Universidade Popular. Entretanto as autoridades davam mostras de interesse pela instituição, desejando apoiá-la e se possível abrir pólos de extensão noutras cidades da região. Foi o que aconteceu em relação ao Governador Civil, Dr. Adelino Furtado, e ao Presidente da Câmara de Portimão que ofereceram os seus préstimos à nobre «colectividade reconhecendo-lhe os altos benefícios educativos».¹²

A abertura do “ano lectivo” seguinte era esperada com grande expectativa. Anunciou-se o Dr. Silvio Pelico de Oliveira Neto como primeiro palestrante de uma série de conferências sobre História Universal, as quais seriam distribuídas pelos dias da semana e à noite, não se perdendo, contudo, a tradição das conferências ao Domingo.¹³ Todavia, parece que já nas últimas palestras de Junho o público se furtara à comparência por alguma saturação, sendo óbvio o aburguesamento dos princípios que nortearam a sua fundação. Aliás o director do *Correio do Sul* era o primeiro a afirmar que «a designação de “Popular” é imprópria porque *o que menos aparece às conferências é povo, povo daquele que nós desejaríamos ver na nossa frente*. Quanto a mim limito-me a teimar, embora note que *a maioria dos assistentes é composta dos que menos precisam* e que lá irão apenas por distracção satisfazer muito às disposições do seu espírito».¹⁴ Curiosamente surgem a público os estatutos da U.P., dos quais apenas transcrevemos os pontos mais importantes:

«1.º Promover a educação e instrução do povo algarvio que as necessite, nomeadamente do operariado.

2.º Fazer a vulgarização das ciências e a extensão escolar.

3.º Auxiliar o estudo científico do Algarve, sob o ponto de vista histórico, natural, climatérico, económico, histórico-arqueológico, etc.; a fim de poder orientar a industria, a agricultura e o comércio no sentido dos seus progressos futuros; e a realizar o conhecimento perfeito do território do povo algarvio e da sua importância histórica.»¹⁵

13 *Correio do Sul*, n.º 230 de 1-11-1923.

14 *Correio do Sul*, n.º 244 de 23-12-1923, o itálico é nosso.

15 *Idem ibidem*.

As conferências reiniciaram-se a bom ritmo e com a particularidade de pela primeira vez poderem contar com a colaboração de palestrantes estrangeiros. As honras da abertura oficial do ano lectivo acabariam por ser atribuídas ao Dr. José Aboim Ascensão Contreiras, que dissertou sobre «Higiene Social», um tema que o faria conhecido na região e no país, através de obra publicada nesse sentido.¹⁶ No dia 17 de Janeiro a Universidade Popular internacionalizou-se através da cooperação prestada por D. Pedro Gonzalez Blanco, que pronunciou duas conferências sobre a vida de Miguel Cervantes.¹⁷ A participação espanhola foi logo alargada com a intervenção do Cônsul de Espanha em Faro, Dr. Álvaro Seminário, que pronunciou uma palestra intitulada «A Influência das Mulheres Espanholas na História de Portugal», na qual punha em destaque a importância histórica de D. Teresa, mãe de D. Afonso Henriques; de D. Dulce, esposa de D. Sancho I, e de D. Beatriz, mulher de D. Afonso III.¹⁸

Daí por diante realizaram-se dezenas de conferências, chegando-se até a organizar verdadeiros cursos intensivos com aulas semanais de Direito Civil, História de Portugal, Ciências Físico-Químicas e Naturais, variando os locais entre a Biblioteca Municipal e o Grémio Popular de Faro. Enquanto tudo parecia de vento em popa, com os jornais a apoiarem e a incentivarem esta brilhante iniciativa, assiste-se no ano seguinte a um completo marasmo, um silêncio inexplicável que indiciava claramente a suspensão do projecto educativo e de emancipação das classes

16 *Correio do Sul*, n.º 246 de 6-1-1924.

17 *Correio do Sul*, n.º 249 de 20-1-1924. A notícia acrescentava que o «conferente é um distinto e erudito publicista e um admirável artista da palavra falada». Acrescentava-se a finalizar que «em breve serão iniciadas conferências com projecções luminosas».

18 *Correio do Sul*, n.º 251 de 27-1-1924. A notícia acrescentava que «o Dr. José Dentinho, reitor da Universidade, apresentou o conferente com sinceras palavras de elogio às suas belas qualidades de inteligência pondo em destaque a sua muita simpatia pelo nosso país.»

trabalhadoras que deu pelo nome de Universidade Popular. Nada justificava tão abrupta paralisação. Dá a impressão de ter havido uma saturação da oferta banalizando a qualidade, o que suscitou um natural desinteresse e uma possível desmobilização. Por outro lado, parece ter existido um desentendimento entre o Dr. José Dentinho Júnior e o Doutor Fernandes Lopes, ambos de Olhão e de personalidades muito vincadas, que se afastaram do projecto deixando moribunda a mais promissora instituição cultural da sociedade fareense. Por respeito e algum pudor intelectual, notou-se nos anos subsequentes uma certa relutância em retomar uma iniciativa impulsionada por duas grandes figuras da cultura algarvia. E o certo é que, nos moldes iniciais, nunca mais ressuscitaria, porque dois anos depois a ditadura do Estado Novo apertava o cerco à maçonaria e colocava sob suspeita as designadas Universidades Populares.

Só mais tarde, já no período do «Estado Novo» e novamente com a inocente e desinteressada colaboração do Doutor Fernandes Lopes, é que voltariam a abrir-se as portas da Universidade Popular de Faro. Ressurgia, porém, definitivamente arredada dos seus objectivos promocionais das massas operárias e das forças laborais citadinas, sendo inclusivamente aproveitada para a realização de veladas sessões de propaganda do regime. As palestras passaram a ser pronunciadas por individualidades de reconhecido mérito intelectual, muitas das quais provenientes da capital, mas de algum modo relacionadas, ou pelo menos não hostis, à situação política vigente. Por outro lado, o público que acorria às conferências da Universidade Popular já não tinha as mesmas origens sociais de outrora, passando a ser frequentadas por senhoras e cavalheiros exclusivamente oriundos da burguesia fareense.

Não obstante tudo o que ficou dito, o certo é que o projecto educativo subjacente voltou felizmente a ser retomado através das Universidades Séniores, também designadas para a Terceira Idade, que parecem estar de vento em popa, estendendo-se hoje a todo o país. O exemplo do Algarve é notável com vários pólos em funcionamento, não sendo sem orgulho que nos afirmamos como professor fundador da UATI de Faro.

BIBLIOGRAFIA

BANDEIRA, Filomena. *A Universidade Popular Portuguesa no anos 20: os intelectuais e a educação do povo, entre a salvação da República e a revolução social*, Lisboa, 1994 (ed. policopiada da Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade Nova de Lisboa).

BARROS, João de. *Educação Republicana*, Lisboa, 1916.

CARVALHO, Rómulo de. *História do Ensino em Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

EDUCAÇÃO POPULAR. *Educação Popular: órgão da Universidade Popular*, Lisboa, U.P.P., 1921-1922 (mensário dirigido por A. Urbano de Castro).

FERNANDES, Rogério. *João de Barros, educador republicano*, Lisboa, Livros Horizonte, s/d.

IDEM. *Uma experiência de formação de adultos na 1.ª República: a Universidade Livre para a educação popular, 1911-1917*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1993.

GONÇALVES, Joaquim Cardoso. *As Universidades Populares*, Lisboa, 1922.

GRAÏNHA, Manuel Borges. *O Analfabetismo em Portugal*, Lisboa, s/n, 1908.

MARQUES, A. H. de Oliveira. *História de Portugal*, 2 vols., Lisboa, Palas Editores, 1974-1981.

IDEM. *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, 2 vols., Lisboa, Editorial Delta, 1986

IDEM. *A História da 1.ª República Portuguesa. As Estruturas de Base*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, s/d (1979).

MARQUES, M.^a Gracinda Leondes Dantas Gonçalves. *As Universidades Livres e Populares em Coimbra e Porto, dos finais do século XIX à década de trinta do século XX*, Braga, 1999 (edição policopiada da Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade do Minho).

NEVES, Marlène Oraide Marcelino. *As Universidades Populares Portuguesas no seu período áureo – 1.^a República: contributos para o estudo das suas concepções educacionais e filosóficas*, Braga, s/d [1997] (edição policopiada da Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade do Minho).

QUINTANILHA, Aurélio. *A Universidade Livre de Coimbra*, Coimbra, s/n, 1925.

UNIVERSIDADE POPULAR PORTUGUESA. *Estatuto da Universidade Popular Portuguesa aprovado em 1919*, Lisboa, (s.n.), 1925.

VALENTE, Vasco Pulido. *Uma Educação Burguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1974.